

PRR

Plano de Recuperação e Resiliência

Informação à Imprensa

GOVERNO ASSINA SENTENÇA DE MORTE DO INTERIOR COM O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), apresentado pelo Governo no dia 15 de fevereiro, e que entra agora num processo de discussão e auscultação pública, é uma sentença de morte ao Interior de Portugal e uma fraude, pois anuncia a *“recuperação e resiliência da economia e da sociedade”* e promete a coesão territorial mas, na verdade, faz tábua rasa das necessidades e planos estratégicos e de desenvolvimento da CIM Douro, dos seus 19 municípios e condena as aspirações das mais de 200 mil pessoas desta região e de todo o Interior de Portugal. O PRR reflete o desconhecimento e a insensibilidade de quem governa e o oportunismo dos dois estrategas nacionais: o primeiro-ministro e o autor da *“estratégia”*, o professor Costa Silva.

Depois de a CIM Douro ter apresentado ao Governo, em 2017, o seu Plano para a década de 2020/2030 e de ter manifestado junto da Assembleia da República e da União Europeia as prioridades de investimento para que o Douro (Linha do Douro; IC 26; e Douro Inland Waterway) pudesse retomar um processo de crescimento económico sustentável e convergisse com o País e com a Europa, o PRR agora conhecido constitui uma mentira e uma ilusão, concentrando os investimentos concretos e de futuro no Litoral e reservando para a região apenas os cuidados continuados, os cuidados paliativos e o reforço da rede de apoio à terceira idade, dizendo tratar-se de uma medida de *“resiliência”*, promotora de *“desenvolvimento harmonioso do território nacional”*.

O Governo mente quando afirma que o PRR é uma *“visão estratégica de Portugal objeto de um amplo processo de auscultação pública da sociedade portuguesa, tendo merecido um vasto consenso no que respeita à generalidade das prioridades elencadas”*. A auscultação que existiu foi apenas um ato de manipulação para o Governo disfarçar a sua inigualável veia centralizadora, e cujo expoente máximo é o Sr. Primeiro-Ministro António Costa, que não faz o que diz e apregoa o que não pensa cumprir, como sucedeu com a promessa que fez à Comunicação Social durante a sua visita à Nacional 2, numa descarada manobra de teatro, quando referiu que *“tinha uma dívida para com o Interior”*.

A dívida para com o Interior não é saldada com este PRR. Pelo contrário, é agravada, pois esta era a última oportunidade de que dispunha para inverter o ciclo demográfico e de isolamento a que temos sido votados nas últimas décadas. O Primeiro-Ministro e o autor desta visão do País, o Professor António Costa Silva, assumem-se como duas figuras nacionais que governam contra a vontade dos autarcas, das regiões, do povo, e agem com dolo, fruto do desconhecimento da realidade nacional e da

sua conceção megalómana e cosmopolita de um País em que 2/3 do território é Interior. Este é claramente o PRR do Primeiro-ministro e do seu “para-ministro”, pois por vontade dos seus ministros este Plano não existia nem era aplicado tal como está, pois sabemos que há ministros com bom senso que poderiam estar neste processo e não estão. Por vontade destes ministros este documento jamais seria apresentado à União Europeia, visto tratar-se de um Plano que constitui uma vergonha nacional, que exhibe uma das mais atrozes desonestidades para com o Interior e um roubo descarado a uma parte do País, em favor de outra.

Mas a farsa em torno deste PRR, que traz os maiores apoios financeiros de sempre para Portugal, é total. E lançar a confusão na opinião pública faz parte da estratégia do Governo que, num turbilhão de notícias sobre hipotéticos apoios, dá uma sensação de organização, como tem sucedido ultimamente ao falar-se em simultâneo de Ferrovia 2020 e de Plano Nacional de Investimentos, tudo para que a discussão séria e necessária não se faça e este PRR sirva para destinar milhões para comprar helicópteros, radares, máquinas e alfaias, automotoras elétricas de longo curso, encomendar centenas de estudos e planos, reformas teóricas para a floresta, ações de informação e sensibilização e destine 1032 milhões de euros para o Metro de Lisboa, Porto, Loures.

Esta visão redutora do País é um perigo público, num contexto em que a tendência de desertificação dos territórios do interior aumentará, a concentração populacional no litoral também (*para isso o PRR destina 250 milhões de euros para eliminação de bolsas de pobreza nas áreas metropolitanas!*) e as assimetrias regionais conduzirão a insanáveis desequilíbrios. E isso está estampado neste Plano, pois há regiões que não têm qualquer investimento concreto aí inscrito; a mais de duas centenas de municípios de Norte a Sul de Portugal é passado um atestado de menoridade, deixados à sua sorte, sem qualquer investimento inscrito neste documento, para os próximos 10 anos, quando Portugal vai receber, como se lê na nota introdutória do documento, *“um envelope financeiro sem precedentes, que atingirá os 50 mil milhões de euros em subvenções (a fundo perdido), a que poderão somar-se previsivelmente cerca de 14,2 milhões de euros na modalidade de empréstimos”*. Está na hora destes municípios criarem a Associação Nacional de Municípios do Interior profundo de Portugal, uma associação que seja capaz fazer uma revolução igual à de abril, uma revolução pelos direitos consagrados na Constituição portuguesa, a mesma Constituição que está sempre tão perto das palavras bonitas do canto da sereia do Governo, mas permanece tão longe do coração dos seus governantes. Lisboa precisa saber que o Interior é Portugal e exige estar no mapa nacional da coesão e da convergência.

O Interior de Portugal não pode aceitar este PRR. O Douro não aceita este PRR. É uma infâmia para com uma região que é conhecida pela sua resiliência e que, por causa das discriminações e sujeita às mais atrozes decisões do Poder Central, permanece pobre, quando na realidade dá um contributo inquestionável à economia nacional, à balança comercial de Portugal, tanto faz pela imagem e prestígio do País e sistematicamente gera riqueza para ser depois aplicada noutras regiões mais ricas e desenvolvidas. Em junho, quando for conhecido o resultado do CENSOS, o País real que António Costa e António Costa e Silva ignoram na estratégia para a próxima década, vai ser conhecido. E aí vão perceber que daqui a 10 anos estará morto e que eles foram os coveiros do Interior de Portugal.

Sernancelhe, 18 de fevereiro de 2021

Carlos Silva Santiago

Presidente da CIMDOURO

Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe